

ANÁLISE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO IF-PB DURANTE O PERÍODO DA DITADURA MILITAR.

SANDRA CRISTINA SANTOS ALVES

Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Da Paraíba
Av.: Primeiro de Maio, 720 – Jaguaribe, João Pessoa – PB.
sandracsa@bol.com.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal a análise da atuação da profissão de Serviço Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IF-PB, durante a Ditadura Militar. Para alcance deste fim, relacionou-se este processo aos aspectos históricos do período, os quais conferiram razão para o início da profissão neste Instituto e, conseqüentemente garantiram-lhe sua continuidade, enquanto uma prática voltada para execução terminal de prestação de Assistência Social a alunos. Fez-se a opção pela metodologia qualitativa, em um estudo de caso, por entender que a partir de sua utilização se alcançaria os objetivos propostos priorizando-se as análises dos significados, das ações e relações dos sujeitos envolvidos ao formarem uma trama maior, que se pretendeu desvelar. Através da hipótese que o Serviço Social surge no IF-PB por uma necessidade institucional de controle social foi revelada toda trama resultante da ação profissional destes sujeitos, as duas Assistentes Sociais, que iniciaram a profissão no IF-PB. A pesquisa documental foi realizada no arquivo central da instituição em questão, foram analisados relatórios, fichas funcionais e portarias referentes à profissão e sua institucionalização. Desta forma chegou-se ao resultado do objetivo de entendimento da inserção do Serviço Social em centros de educação profissionalizantes, neste caso específico do surgimento da profissão no IF-PB, revelando o porquê e como se deu a atuação profissional do Serviço Social nos anos da Ditadura.

Palavras-chave: Serviço social, Educação Profissional e Ditadura Militar.

1 INTRODUÇÃO

Na perspectiva de interação do Serviço Social com a educação profissional, constatou-se que a inserção da profissão em estabelecimentos educacionais profissionalizantes se objetivou durante o final da década de 60, quando foi modificada a base legal de sustentação de sua política nacional.

Em termos gerais é a partir do final dessa década que se inicia com mais fervor a efetivação dos ideais de trabalho e de educação para o trabalho através de vários mecanismos em todo país. Dentre esses mecanismos, destacou-se a participação dos Assistentes Sociais na divulgação e na mobilização da população para valorização do trabalho e da educação para o trabalho como visto no capítulo anterior.

Sendo assim, buscou-se aprofundar a referida relação, Neste estudo, através da análise da institucionalização da profissão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba IF-PB.

2 O SERVIÇO SOCIAL DO IF-PB NA DITADURA MILITAR

A atuação profissional do Serviço Social no IF-PB iniciou-se pelo trabalho assistencial ao aluno a partir de 1969 por duas Assistentes Sociais contratadas inicialmente como estagiárias, que durante o período de 1969 a 1985 atenderam a 17.061 alunos bolsistas de acordo com relatório de atividades do Serviço Social de 1985.

Estes números revelam por outro lado o alto investimento realizado neste ramo educacional, em que havia vários tipos de convênios para as Bolsas de trabalho. Essas bolsas atendiam em seu surgimento quase todo alunado, visto que até meados da década de 70, os alunos do IF-PB pertenciam à classe trabalhadora.

Com relação à assistência Social ao aluno havia a efetivação de vários programas, dentre os quais se destacava a bolsa de trabalho, por atender a um número maior, entretanto, eram realizadas outras atividades ligadas à assistência social, que de acordo com os documentos analisados subdividiam-se nos seguintes programas:

- Benefício para manutenção a alunos residentes na Casa Do Estudante Da Paraíba, sendo os mesmos oriundos do interior do Estado;
- Auxílios de transporte¹ para alunos residentes em municípios vizinhos, como: Cabedelo, Bayeux, Santa Rita, Cruz do Espírito Santo, Rio Tinto, Mamanguape, Itambé, Pedras de Fogo, Conde e Itabaiana;
- Material Didático e fardamento escolar;
- Encaminhamentos para realização de assistência à saúde fora do Centro; (A Assistência à saúde aos alunos era realizada por médicos na própria instituição, no início por voluntários e depois por profissionais contratados durante o período da Ditadura.);
- Benefícios para tratamentos e assistência a alunos acidentados na área técnica (acidentes de trabalho) . Este Trabalho era realizado junto às coordenações de Construção Civil, Mecânica e Eletrotécnica, para alunos acidentados fora ou no interior da instituição e esta se responsabilizava apenas no caso da família do acidentado não possuir vínculos com a assistência do Estado ou sindical;
- Distribuição de prêmios junto ao Centro Cívico da instituição, referentes a trabalhos educacionais, cartazes, jogos estudantis, gincanas, etc...
- Bolsa de Trabalho Especial, destinada aos alunos com dificuldades financeiras, “capacitados e responsáveis”, para desenvolverem atividades em sua coordenação de ensino.

Tais atividades foram desenvolvidas isoladamente pelo Setor de Serviço Social até o ano de 1973, quando então a profissão passa a integrar-se com atividades de orientação educacional e profissional, junto à Coordenadoria de Orientação Educacional. Nesta, as assistentes sociais deveriam dar continuidade a suas atividades anteriores, somando-as com as atividades pedagógicas do referido setor, sob a justificativa da necessidade de uma maior produtividade.

Entretanto, ao relacionarem-se as datas, verifica-se que foi em meados da década de 70 que ocorreu a introspecção capitalista e, conseqüentemente, do Estado Ditatorial, que passou a dirigir as políticas sociais pela via do clientelismo a uma redução constante, como estudado no capítulo III. Estes fatos demonstram que a partir de então já ficavam claras as intenções do afastamento do Estado e da política educacional, no

¹ Este benefício do transporte era realizado semanalmente, exigindo o acompanhamento dos alunos e de seu rendimento escolar pelas Assistentes Sociais.

tocante à assistência ao aluno e ao aluno da educação profissional e, que haveria de se reequacionar as atividades do Serviço Social do IF-PB, na tentativa de deslocá-lo para outras atribuições.

Desta forma de 1969 a 1972 são executados programas de Bolsas de Estudo para alunos em dificuldades financeiras, residentes na capital ou no interior através do Programa de Assistência ao Estudante Técnico Industrial (PAETI/MEC), que passa a partir de então a se dissolver. Dá lugar à Fundação de Assistência ao Estudante, entidade que a partir de então, se responsabilizou pela assistência ao aluno de toda rede pública. Esta modificação se deu, dentre outros motivos pelo apelo da política educacional à obrigatoriedade da profissionalização no 2º grau, momento em que o privilégio para educação profissional se estende para outras escolas. Entretanto, como estudado no capítulo II, esta tentativa não logrou êxito e continuou sendo os Centros Federais de Educação Tecnológica o local de excelência da profissionalização.

De 1973 a 1979 foi implantada uma Comissão de Bolsas de Estudo e *Trabalho* do Ministério da Educação e Cultura (COBET) e da Fundação de Assistência ao estudante do Ensino Médio do MEC, que passam a oferecer vários programas de bolsas para o alunado do IF-PB:

Os referidos programas foram executados durante toda década de 70 e se estenderam aos anos 80, garantindo aos alunos bolsistas o recebimento da bolsa por 12 meses, com direito a um mês de férias. Eram custeadas pelo MEC e pela Caixa escolar do próprio IF-PB, revelando o seu interesse pelos alunos bolsistas. Entretanto as bolsas de Entidades Filantrópicas eram pagas integralmente pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE).

As Bolsas de trabalho faziam parte de programas sociais centrados do governo federal que, privilegiavam o ensino profissionalizante como forma de intervir na esfera econômica pela criação de mão de obra capacitada para as indústrias e para infraestrutura moderna, que estava surgindo no país. Esta se dava mediante a abertura e incrementação de estradas, de redes elétricas e de programas habitacionais, que surgem nesta década e necessitam da efetivação de vários cursos técnicos.

Desta forma, a atuação das duas pioneiras de Serviço Social no IF-PB, reveladas a partir da análise dos documentos, indica que suas atividades se efetivavam na execução terminal das políticas sociais ao aluno, não havendo participação ou condição de questionar a sua gestão ou a sua planificação. Em sua prática observa-se que havia a indicação do próprio MEC, quanto à elaboração do material burocrático utilizado, como os relatórios, que já vinham praticamente prontos, apresentando espaços apenas para o preenchimento de números.

Quanto aos instrumentos de trabalho utilizados foram detectados a entrevista, a visita domiciliar, a visita aos locais de trabalho dos bolsistas da própria escola, as diversas coordenações e a elaboração dos registros de atendimentos conforme indicado pelo MEC. Não foi possível a visualização da metodologia utilizada no fazer profissional, uma vez, que os relatórios apresentavam-se bastante organizados, mas com a tendência, como já se afirmou acima de privilegiar uma avaliação mais quantitativa, do que qualitativa. Tendência esta que se explica pela conjuntura da Ditadura, em que o controle estava sempre presente e pela quantidade de alunos e programas que ficavam aos seus encargos.

Na década de 70 ficou registrado também um aumento significativo no número de matrículas no IF-PB. Este passa a crescer a cada ano, demonstrando que de alguma forma estava sendo superada a questão do preconceito quanto aos cursos técnicos, seja pela condição de excelência de seu ensino, que vai se cristalizando perante a sociedade, seja pelo momento de crise que vem após a euforia do “milagre econômico”.

Em meados da década de 70, este preconceito já se encontrava totalmente superado, chegando-se a indicação contraditória de que o alunado do IF-PB apresentava-se a cada dia mais elitizado, em outras palavras,

oriundos de famílias mais abastadas que tinham condições para arcar com os estudos dos filhos, o que justificou a criação do curso pró-técnico², na tentativa de se reverter tal situação.

Portanto, nos primeiros anos da década de 70, verifica-se que há um número crescente de alunos contemplados com a assistência social e que esta tendência se materializava através do atendimento e seleção dos alunos pelo critério sócio-econômico. Porém, a partir de 1973, inicia-se outro itinerário, em que a presença dos estagiários determina a destinação da maioria das bolsas e que a cada relatório analisado verifica-se uma diminuição no número de bolsas concedidas pela situação econômica do aluno.

Esta tendência de afastamento no atendimento ao aluno com dificuldades financeiras se justifica pelas transformações sociais impostas pelos militares e pela própria direção tomada pelo sistema capitalista em escala mundial, que a partir de meados da década de 70 apresenta sua inflexão, causada pela onda decrescente de desenvolvimento. Nesta, os investimentos nos países periféricos, como o Brasil, são cortados, explicando assim o afastamento do Estado no atendimento das Políticas Sociais.

Por outro lado, há uma modificação crescente no perfil do próprio aluno do IF-PB, que passa em parte, a pertencer agora a uma camada social, que não depende mais da assistência social enquanto garantia do término dos seus estudos. Assim, sua bolsa se justificaria apenas pelo estágio, que ao mesmo tempo lhe traria a condição de conclusão do curso técnico, fator essencial para própria instituição.

A partir de 1983, esta tendência de afastamento da política social ao educando se agrava, houve uma diminuição no número de bolsas oferecidas pelo Centro em contradição com o número crescente de alunos, que se matriculava a cada ano. De acordo com o relatório de atividades do IF-PB de 1970 e de 1982, apud Lima (1985), no início dos anos 70 havia 1444 alunos matriculados, enquanto que em 1982, estes números chegaram aos 2944. Essa mudança indica que já não se fazia mais necessário utilizar a política social enquanto estratégia de motivação para os alunos, o que justifica, por outro lado a adoção de programas de bolsas destinadas ao trabalho e distantes da assistência social, enquanto prática de atendimento dos efeitos das distorções causadas pelo sistema como um todo que passa a privilegiar a partir de então o lugar e a consecução do trabalho morto, imprimindo novas transformações à sociedade e, conseqüentemente, ao IF-PB.

Na primeira metade da década de 80, há o registro da continuidade de apenas três modalidades do programa de Bolsas de Trabalho em convênio com a fundação de Assistência ao Estudante. Por outro lado, verifica-se a diminuição constante do número de alunos contemplados, a falta de reajustes no valor da Bolsa e um número de vagas maior para o aluno estagiário em relação às outras duas modalidades de programas, que eram:

- Bolsa de Trabalho “Própria Escola”, que atendia aos alunos em situação sócio-econômica precária, que estivessem cursando quaisquer das três séries do curso técnico, que fossem considerados capacitados e responsáveis, para prestarem serviços nas diversas coordenações da instituição, recebendo um pagamento anual, em que havia uma parte paga pela FAE e a outra pelo IF-PB. Alunos beneficiados: 47 em 1983; 58 em 1984 e 70 em 1985.
- Bolsa de Trabalho em Entidades Filantrópicas, visava atender o aluno que também apresentasse uma condição financeira e social desfavorável, que estivesse cursando uma das séries do curso técnico, para trabalharem em instituições filantrópicas, recebendo uma bolsa anual, paga pelo convênio FAE/ IF-PB. Alunos beneficiados: 80 em 1983; 78 em 1984 e 40 em 1985.
- Bolsa de Trabalho Estagiário - Coordenação de Integração Escola/Empresa (CIE-E). Bolsa destinada a ex-alunos, que ao estagiarem receberiam o diploma de técnico, este programa se

² O curso pró-técnico surgiu da necessidade de se criar formas para garantir a entrada no IF-PB, de alunos provenientes de escolas públicas estaduais e municipais, que não conseguiam se classificar no exame de seleção, pela falta de conhecimentos, dado o esquecimento concedido a estas escolas pela política educacional do estado ditatorial, que passou a privatizar o ensino fundamental.

extinguiu em 1985 e até então era custeado integralmente pela FAE, sem a participação da instituição conveniada. Ex-alunos beneficiados: 132 em 1983; 160 em 1984 e 218 em 1985.

Foi encontrada, nos registros do Setor de Bolsas, a existência de uma modalidade de bolsa de *estudo*, que funcionou de 1973 a 1988, através do Programa Especial de Bolsas de Estudo (PEBE) em seus projetos 3, 6 e 7³ aos alunos, cujos pais eram sindicalizados, segundo consta nos relatórios, o setor de bolsas se responsabilizava pela inscrição e renovação dos referidos benefícios.

Este Programa foi criado pelo decreto 63177 de 27 de agosto de 1968, tendo sido iniciado no IF-PB no início da década de 70, quando a instituição apresentava em seu quadro funcional o Assistente Social. Seu objetivo principal consistia em atender os trabalhadores sindicalizados e seus filhos com a concessão de bolsas de estudo, incentivando –os a estudar, os jovens e os adultos do país. Tal programa não previa a contra partida do trabalho do aluno, apenas a sua condição socioeconômica e de familiar sindicalizado, garantindo-lhe o benefício.

Durante o período de 1973 a 1985, foram atendidos 14.657 alunos com este programa de bolsas de estudo, conforme relatório global das Bolsas do PEBE, analisado, que indica, por outro lado, os anos de 1977 e de 1978, como os de maior número de alunos atendidos, seguidos por um declínio constante até chegar ao ano de 1985 com números até quatro vezes menores. Isto demonstra a introspecção do programa juntamente com o regime militar, denotando também os últimos sussurros da política de assistência estudantil e da concessão de bolsas de estudo, que a partir de então passa a apresentar-se de forma tão sutil, que quase não se percebe mais sua existência.

Desta forma, inseridas no contexto repressivo da Ditadura Militar e seguindo os preceitos metodológicos e ideológicos, próprios do período, na profissão de Serviço Social, as duas Assistentes Sociais pioneiras no IF-PB realizaram um amplo trabalho de integração dos alunos à profissionalização e à sociedade pela via da Assistência Social na execução de vários programas Sociais.

Apresentando-se, assim enquanto executores terminais de vários programas sociais, com ênfase nas bolsas de trabalho e de Estudo, os quais foram efetivados através de convênios firmados com outras instituições governamentais, percebe-se que houve um acúmulo de atividades administrativas e gerenciais de tais programas, que não favoreceu a revelação nos relatórios das identidades das relações entre a profissão e os alunos do Centro ou entre o Serviço Social e outros profissionais.

De todas as formas são evidenciados números de atendimentos realizados, que pela quantidade apresentada obscurecem e até inviabilizam a existência de um relato, em que as relações sociais, existentes na prestação dos vários serviços, pudessem ser reveladas. Esses dados estenderam-se à metodologia e aos instrumentos de trabalho. Algumas vezes, não se fizeram revelar nos documentos, visto que a relevância dos relatórios se concentrava em números e nas definições dos programas executados.

Verificou-se também a subdivisão da profissão, no interior do Centro, que de certa forma privilegiou a princípio e posteriormente isolou o “Setor de Bolsas”, que se destinava à execução dos vários programas, que envolviam bolsas de trabalho e de estudo, e de um outro que se dirigia ao atendimento da Assistência Social ao aluno. Este se concretizava através da realização de um trabalho multidisciplinar, pedagógico e psicosocial, em que tal assistência se dissolvia em atendimentos pontuais que respondiam algumas necessidades imediatas, apresentadas por professores e demais profissionais da instituição, ao Serviço Social. Uma demonstração da falta de autonomia do Setor estudado, quanto à realização da assistência, que era concebida, como algo nocivo ao aluno, só devendo ser realizada se este não apresentasse nenhuma condição de sobreviver na sua ausência, pois poderia trazer-lhe o hábito constante e a falta de aptidão para o trabalho.

³ Os projetos 3, 6 e 7 do PEBE, de acordo com a Resolução nº 12 de 21 de Dezembro de 1971, referiam-se aos: Projeto 3: Bolsas reembolsáveis concedidas a alunos das 2^{as} séries a estudantes matriculados em colégio técnicos do 2º grau; Projeto 6 : Bolsas comuns – não reembolsáveis- destinadas a estudantes da 1ª série do curso técnico do 2º grau; Projeto 7: bolsas comuns – não reembolsáveis- para alunos do 1º grau, no caso do IF-PB os alunos do 1º grau, faziam parte do pro-técnico.

Poderia ainda sugerir-lhe a troca, que bem identifica o assistencialismo⁴, que se diferencia da assistência social, enquanto direito resguardado ao cidadão, categoria que só veio fazer parte das discussões assistenciais ao fim da Ditadura, com o retorno da democracia e da liberdade de expressão.

Confirmando a tendência repressora do período, nos documentos analisados, não foram encontrados questionamentos ou avaliações que pudessem identificar o nível de satisfação, ou não, dos profissionais envolvidos, seja pela falta de maiores aprofundamentos e reflexões, visto que os números de atendimentos se estendiam e consumiam todo tempo de trabalho ou mesmo imposto pelos condicionamentos repressivos da Ditadura Militar.

Neste sentido, a atuação profissional das duas pioneiras de Serviço Social no IF-PB reflete a execução de um modelo de política de Assistência Social ao estudante, implantado sob condições adversas e por vezes tendenciosas em um regime de repressão e terror, em uma ditadura militar. Nesse contexto, as Assistentes Sociais, pioneiras do IF-PB, buscaram realizar um projeto próprio da profissão naquele período, que se traduzia no bem-estar e na socialização do “bolo” para todos, acreditando nesta possibilidade, que só o passar dos tempos revelou a verdade, realizaram o que lhes foi possível para atingir este ideal.

Nestes termos, a realidade apresentada de uma instituição educacional, voltada para realização da educação pelo trabalho, o Serviço Social se institucionalizou, enquanto profissão na prestação de benefícios sociais, que visavam à adequação e à integração do aluno à escola, à sociedade e ao padrão capitalista que a partir de então foi efetivamente consolidado no país.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social institucionalizou-se no IF-PB, em meio à conjuntura repressiva da Ditadura Militar, na qual a tônica profissionalizante alcançou seu cume pela política do Estado que passou a privilegiar fortemente a intensificação da profissionalização para suprir os quadros necessários de profissionais para sociedade capitalista, modernizada e industrial. Esta estava se instalando no país e reclamava pela adoção de medidas que superassem a falta de profissionais e conclamassem a todos para aceitarem a nova realidade.

Na medida em que a profissão de Serviço Social iniciava sua arrancada modernizante e identificava-se com o projeto dos militares, através da valorização de seus préstimos políticos e ideológicos presentes em sua prática, havia a implantação de um vasto elenco de políticas sociais dirigidas ao educando, que beneficiavam e ao mesmo tempo motivavam e mobilizavam a classe trabalhadora a se engajar na profissionalização do país.

Entretanto, de acordo com a análise do material da pesquisa documental detectou-se que apesar de toda valorização da profissão no referido período não foi possível localizar uma identidade própria do Serviço Social com a Educação ou algo que revelasse de fato as condições próprias dos programas sociais executados neste Centro. Isso demonstra que estes profissionais se localizavam – e ainda se localizam – em posição de executores terminais de políticas sociais, neste caso específico, de programas assistenciais para os alunos do IF-PB

⁴ Assistencialismo, que definido conforme Ferreira no Dicionário de Bem-Estar social revela--se “como uma hipertrofia ou distorção da verdadeira assistência, que deve ter sempre um sentido curativo ou preventivo. Facilmente degenera em simples beneficência, por incapacidade, displicência ou demagogia.” (Ferreira, 1982; p.46). Sinônimo de paternalismo, o assistencialismo foi amplamente utilizado durante a ditadura, que não permitindo a difusão de idéias e a participação democrática dos indivíduos e das instituições, colaborou para o aparecimento de relações políticas e sociais distorcidas e favoráveis a grupos e subgrupos do poder, que tenderam a privilegiar interesses próprios e privados em detrimento do interesse comum, e para tanto a idéia da assistência enquanto um favor e distante da concepção de direito universal do cidadão justificou por um longo período a falta de uma política de assistência social abrangente em todo país..

Neste sentido, de finais da década de 60 até meados da década de 80 a profissão de Serviço Social atuou no IF-PB na execução de vários programas sociais, entre os quais a “Bolsa de Trabalho” revelou-se ser o principal, sobre esses programas se fará referencia no próximo item.

No contexto da realidade apresentada, nesse estudo, de uma instituição educacional voltada para a educação pelo trabalho o Serviço Social se equacionou neste Centro objetivando a adequação e integração do aluno à escola e, conseqüentemente, à sociedade por meio da aprendizagem de um trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Resolução nº 12, de 21 de Dezembro de 1971. Aprova as instruções para o Programa Especial De Bolsas De Estudo.

CEFET-PB. Plano de Trabalho Anual. 1988. João Pessoa. 1988.

_____. Boletim de Serviço. João Pessoa, Abril de 1970.

_____. Plano e Relatório Descritivo Realizado no Estágio, na Escola Técnica Federal de São Paulo em Agosto de 1973. João Pessoa, Setembro de 1973.

_____. Relatório / 1987. Diretoria de Apoio Complementar. Coordenação de Bolsas. PEBE/MT/ETFB. –FAE/MEC/ETFPB. –MUDES/LBA/ ETFPB. João Pessoa, Dezembro de 1987 .

_____. Relatório de Atividades Executadas – 1969 a 1987. Setor de Serviço Social. Coordenação de Bolsas. João Pessoa, Outubro de 1988.

_____. Relatório de Atividades Executadas – 1986. Diretoria de Apoio Complementar. João Pessoa, 1986.

_____. Relatório de Atividades Executadas – 1986. Setor de Serviço Social. Bolsas de Trabalho. João Pessoa, 1986.

_____. Relatório de Atividades Executadas – 1988. Diretoria de Apoio Complementar. João Pessoa, 1988.

DELUIZ, Neise. Formação Profissional no Brasil: Enfoques e Perspectivas. Boletim Técnico do Senac, nº 19, janeiro/abril de 1993.

DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994

FERREIRA, Francisco de Paula. Dicionário de Bem-Estar Social- São Paulo: Cortez, 1992.

FICO, Carlos. A Propaganda da ditadura. In: Reinventando o otimismo. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade Escola improdutiva. São Paulo: Cortez, 1984.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (ORGS). Teoria e educação no labirinto do capital. Petrópolis, Rj: Vozes, 2001.

GERMANO, José Willington. Estado Militar e Educação no Brasil. 2 Ed, São Paulo: Cortez. 1994.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Relações Sociais E Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórica- metodológica- 6º ed.- São Paulo. Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1988.

IANNI, Octávio. A Idéia de Brasil Moderno. São Paulo: Brasiliense.1992.

_____. O Ciclo da Revolução Burguesa. Petrópolis:Vozes.1984.

LEITE, José Jerônimo Leite. Sinopse Histórica da Escola Técnica Fedral da Paraíba. João Pessoa: ETFPB. 1979.

LIMA, Marileuza Fernandes Correia. Et. Al. Da Escola de Aprendizizes Artífices da Parahyba à Escola Técnica Federal da Paraíba: memórias do ensino técnico. João Pessoa. ETFPB/Gráfica. 1995.

MACHADO, Lucíola Regina de Souza. Educação e Divisão Social do Trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro. 2Ed, São Paulo: Cortez: 1989.

MINISTÈRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Bolsas de Trabalho de 2^o Grau. Análise de Relatórios.

NETTO, José Paulo. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64 – 2^o ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____.Serviço Social crítico: problemas e perspectivas: um balanço latino-americano / Centro LatinoAmericano de Trabajo Social: [tradução José Paulo Netto]. São Paulo: Cortez [Lima Perei]: CELATS, 1986.

_____. Capitalismo Monopolista e Serviço Social, São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal, São Paulo, Cortez. 1993.

OFFE, Claus. Sistema Educacional, sistema ocupacional e política da educação – Contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional. Educação e Sociedade, suplemento n^o 35, Abril de 1990, São Paulo, CEDES.

PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. As Políticas Educacionais e o Ensino Público Profissionalizante no Brasil. João Pessoa . Ed. Universitária, 1997.

_____.O Ensino Profissionalizante de 2^o grau: A Elitização da Escola Técnica da Paraíba (ETFPB) de 1988 a 1992. João Pessoa. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação – Universidade Federal da Paraíba.